



**EXPERIÊNCIAS DE APLICAÇÃO DA LEI 11.645/2008 NA ESCOLA MUNICIPAL PRINCESA
IZABEL (SANTARÉM – PA)**

Adailton De Jesus Gomes Costa¹, Dulcirene De Souza Nunes², Rosilene De Sousa Pereira ³ e Diego Marinho de Gois⁴

A Lei 11.645/08 torna obrigatório a inclusão no Currículo Escolar da rede de ensino pública e privada a temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. No entanto, muitas vezes esse conteúdo não é trabalhado adequadamente em sala de aula, gerando ainda estereótipos e preconceitos. Neste sentido, este estudo teve por objetivo averiguar as representações que os alunos do 9º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Princesa Izabel, localizada na cidade de Santarém Oeste do Pará possuem acerca dos povos indígenas. O estudo reside na necessidade de verificar como a “História e cultura afro-brasileira e indígena” está sendo desenvolvida dentro da sala de aula na referida escola, bem como é ofertada a formação desse aluno que estão saindo do ensino fundamental. Para a realização deste estudo foi realizada pesquisa de campo e bibliográfica. O instrumento de coleta de dados foi a aplicação de questionário semiaberto a 92 alunos do 9º ano do ensino fundamental. Buscou-se informações acerca das representações que os estudantes pesquisados possuíam em relação ao indígena. Através desta pesquisa podemos perceber que a forma como a lei 11.645/08 vem sendo aplicada não está gerando os resultados esperados. Os alunos possuem um baixo conhecimento em relação a cultura indígena, sendo 99% dos alunos consultados não conseguem ver o índio fora da floresta. Esta pesquisa pode contribuir para que os gestores da educação promovam capacitações relativas a temática étnico-racial para os professores da rede municipal de Santarém. O estudo mostra ainda a importância do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-PIBID para a formação de professores de história, uma vez que as atividades possibilitam: Conhecer a realidade da sala de aula, troca de conhecimentos com os professores que já atuam e sobretudo uma melhor formação acadêmica que possibilitará um professor futuro mais preparado para debater as questões étnico-raciais.

Palavras-chaves: Lei 11.645/2008; indígenas; Ensino de história.

¹ Estudante da Universidade Federal do Oeste do Pará. Instituto de Ciências da Educação. Programa de Ciências Humanas. PIBID CAPES. Curso de Licenciatura Integrada História e Geografia – UFOPA. E-mail: adailton_stm@hotmail.com

² Estudante da Universidade Federal do Oeste do Pará. Instituto de Ciências da Educação. Programa de Ciências Humanas. PIBID CAPES. Curso de Licenciatura Integrada História e Geografia – UFOPA. E-mail: dulci.rene@hotmail.com

³ Estudante da Universidade Federal do Oeste do Pará. Instituto de Ciências da Educação. Programa de Ciências Humanas. PIBID CAPES. Curso de Licenciatura Integrada História e Geografia – UFOPA. E-mail: rosilenesousa.pereira@gmail.com

⁴ Mestre em História. Docente do PCH/UFOPA. E-mail: dieguitogois@yahoo.com.br